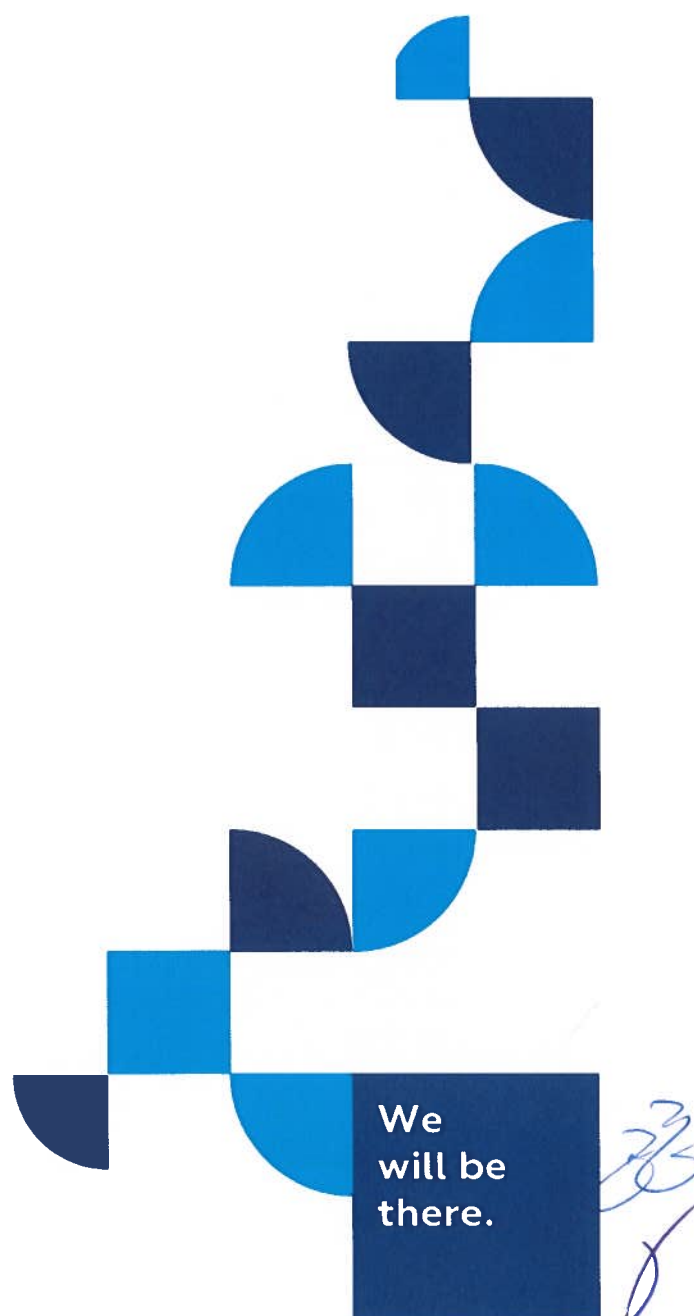




## Relatório de Gestão 2021

MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.





Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Exas. o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2021.

## 1. Enquadramento Macroeconómico

### 1.1. Mundo

À semelhança do ano anterior, 2021 ficou marcado por um elevado nível de incerteza relativamente à evolução da situação epidemiológica e às suas consequências económicas e sociais. Nas economias avançadas, o ritmo acelerado dos programas de vacinação contra a COVID-19 e a crescente inoculação das populações reduziram os níveis de mortalidade da doença e permitindo a redução das restrições à mobilidade e a retoma da atividade económica em 2021, apesar de interrompido no final do ano devido a uma renovada vaga de infeções a um ritmo sem precedentes.

De uma forma geral, as menores limitações em vigor em 2021, a familiarização dos agentes económicos com o contexto pandémico e a manutenção dos apoios monetários e governamentais possibilitaram a recuperação, ainda que heterogénea, da atividade económica. A Economia Mundial <sup>[1]</sup> recuperou totalmente da maior contração do PIB real na história recente (+5,9% em 2021 vs. -3,1% em 2020), contudo, o desempenho económico revelou-se profundamente heterogéneo. As Economias Emergentes ou em Desenvolvimento <sup>[1]</sup> terão registado uma recuperação rápida e integral dos seus níveis de atividade, com o PIB real a crescer +6,5% em 2021 depois da quebra de -2,0% em 2020. Por seu turno, o PIB real das Economias Avançadas <sup>[1]</sup> terá crescido +5,0% em 2021, encerrando o ano ligeiramente acima do valor de 2019, ainda que de forma heterogénea nas diferentes economias que o compõem.

Na Zona Euro <sup>[2]</sup>, a maioria das economias registou uma recuperação apenas parcial e heterogénea dos níveis de atividade económica em 2021, no entanto, o desempenho económico da Zona Euro superou as expectativas iniciais, e o PIB (real) terá crescido +5,2% em 2021 (vs. -6,4% em 2020). No entanto, os níveis de dívida pública continuaram a

---

<sup>[1]</sup> IMF World Economic Outlook (janeiro de 2022)

<sup>[2]</sup> IMF World Economic Outlook (janeiro de 2022)



avolumar-se devido à redução das receitas fiscais e ao aumento da despesa pública desde o início da pandemia. Os juros da dívida soberana mantiveram-se em níveis historicamente baixos beneficiando da política monetária expansionista seguida pelo Banco Central Europeu. 2021 ficou ainda marcado pela aprovação do Plano de Recuperação e Resiliência da Comissão Europeia, o Next Generation EU, salientando-se pela negativa a tensão entre a Ucrânia e a Rússia, e as suas consequências para o preço do gás natural e da eletricidade, os quais atingiram recordes históricos.

Apesar da recuperação do contexto epidemiológico e económico em 2021, a disrupção nas cadeias de distribuição, acentuada pela recuperação rápida e assimétrica do consumo de bens, juntamente com a escassez de bens intermédios, pressionaram a subida dos preços, em especial nos EUA e na Europa. Adicionalmente, a drástica subida do preço das commodities energéticas, particularmente do gás natural, decorrente do aumento da procura e do contexto geopolítico na Rússia e Ucrânia, assim como a maior dificuldade de contratação em alguns setores de atividade contribuíram para intensificar as pressões inflacionistas. A taxa de inflação na Europa e nos EUA acelerou rapidamente para patamares sem paralelo nas últimas décadas, mantendo-se em níveis elevados por mais tempo do que o antecipado pelos Bancos Centrais, pressionando-os a agir. Não obstante, e tendo como base o efeito temporário da inflação, a Reserva Federal Americana (FED) e o Banco Central Europeu (BCE) resistiram a subir as taxas de juro de referência em 2021. No entanto, a FED sinalizou a subida a partir de março de 2022, sendo que o BCE, depois de defender que só admitiria mexer nas taxas de juro em 2023, em fevereiro de 2022 já assumiu que poderá ter de proceder a aumentos ainda este ano.

## 1.2. Portugal

Em Portugal, a deterioração da situação epidemiológica no início do ano deu origem a um novo confinamento geral e a medidas fortemente restritivas para atividade económica. Porém, a redução do número de novos casos de infeção pelo SARS-CoV-2, assim como o avanço do programa de vacinação, possibilitou o levantamento gradual destas medidas a partir de maio, e a progressiva normalização das atividades económicas. Consequentemente, as condições no mercado de trabalho melhoraram significativamente, com a população empregada a superar o nível de 2019 e a taxa de desemprego no final do 3º trimestre de 2021 a atingir os 6,1% (vs. 6,5% no final de 2019), sustentando o crescimento do rendimento disponível das famílias. Também a atividade turística recuperou com o número de dormidas e hóspedes a mais do que duplicar face ao ano transato, mantendo-se, contudo, distante dos referenciais pré-



pandemia. Desta forma, no 3º trimestre o PIB real encontrava-se +19% <sup>[3]</sup> acima do valor registado no 2º trimestre de 2020, período marcado pelo primeiro confinamento, embora ainda -3,2% abaixo do registado no último trimestre de 2019.

Depois do consumo privado ter colapsado em 2020 (-7,1% <sup>[4]</sup>), em 2021 apresentou um maior dinamismo e recuperou parcialmente, suportado pelas menores restrições em vigor, pelo aumento do emprego, pelos sólidos níveis de confiança dos consumidores, pela manutenção das condições financeiras favoráveis, e pelo aumento extraordinário da poupança das famílias. Em 2021, a despesa das famílias aumentou em termos homólogos em todas as principais rubricas, inclusive as despesas em bens alimentares, que em 2020 tinham já crescido +6.4% <sup>[4]</sup> face a 2019, continuando a beneficiar, em 2021, da transferência de despesas que antes da pandemia eram tipicamente destinadas à restauração e hotelaria.

No retalho <sup>[5]</sup>, as vendas totais aumentaram +6,9% em 2021 (vs. -4,9% em 2020), em termos nominais, em resultado crescimento das vendas tanto dos Produtos alimentares como dos Produtos não-alimentares. Em 2021, as vendas de Produtos não-alimentares cresceram +8,4% em termos homólogos (-10,4% em 2020).

As pressões inflacionistas também se fizeram sentir na economia portuguesa, embora de uma forma menos aguda do que na generalidade dos países europeus. Depois de um crescimento residual da inflação durante a primeira metade do ano, esta acelerou rapidamente a partir de julho na sequência do drástico aumento do preço da energia, atingindo os +2,8% <sup>[6]</sup> em dezembro e perfazendo um aumento homólogo de +0,9% <sup>[6]</sup> no conjunto do ano de 2021. Relativamente aos bens alimentares e bebidas não alcoólicas, em dezembro de 2021 o nível de preços aumentou +2,9% <sup>[7]</sup>, apesar de, no total do ano, o aumento ter sido de +0,7%. A evolução da inflação e o seu impacto na economia global e nacional permanece uma das principais incógnitas para 2022, apesar de o BCE insistir que a inflação na zona euro continua ancorada e sob controlo, em Fevereiro admitiu que o seu carácter temporário poderá ser mais prolongado, e sinalizou que poderá proceder a aumentos da taxa de juro de referência ainda durante o ano de 2022, ao contrário do que defendia até então.

---

<sup>[3]</sup> INE

<sup>[4]</sup> INE

<sup>[5]</sup> Eurostat (dados disponíveis para os 12 meses do ano)

<sup>[6]</sup> Eurostat

<sup>[7]</sup> INE



## 2. Evolução do Mercado Segurador

De acordo com dados provisórios publicados pela ASF, em 2021, a produção de seguro direto em Portugal registou um valor de cerca de 13,3 mil milhões de euros, o que se traduz num acréscimo face a 2020 de 34,1%.

O Ramo Vida apresentou um aumento significativo, tendo a produção aumentado 68,5%, e o Ramo Não Vida registou um crescimento durante o ano de 2021 de +4,7%

No ramo Vida, os planos de poupança reforma (PPR) viram o seu peso diminuir em cerca de 1,1 pontos percentuais (24,7% em 2021 e 25,8% em 2020), apesar da sua produção ter aumentado +61,1% face ao ano anterior, crescimento que acompanhou a tendência do ramo.

No Ramo Não Vida, a produção em 2021 atingiu os cerca de 5,6 mil milhões de euros. À exceção do Aéreo, todos os ramos apresentaram um crescimento, sendo de destacar Acidentes e Doença que atingiram um prémio bruto de quase 2,2 mil milhões de euros (+7,6%) e Incêndio e Outros Danos (+5,7%) que atingiram um prémio bruto de quase mil milhões de euros.

## 3. Atividade da MDS Auto

Apesar do contexto pandémico provocado pelo COVID-19 em 2021, a MDS Auto manteve-se ativa no desenvolvimento de parcerias com empresas de referência no setor automóvel, a fim de proporcionar melhores soluções de seguros aos seus clientes e atendendo às suas necessidades de forma mais personalizada e integrada.

No decurso da sua atividade em 2021, a MDS Auto promoveu um conjunto de formações junto dos seus parceiros da área de Car Dealerships, nomeadamente dos Gestores de Negócio/vendedores não tendo, porém, marcado a presença usual em eventos do setor devido à pandemia.



## 4. Desempenho Operacional

Em 2021, foram colocados em circulação 180.277 novos veículos, o que representou uma diminuição de 32,7% relativamente a 2019, apesar da comparação com 2020 apresentar um ligeiro aumento de 1,9%.

As matrículas de veículos ligeiros de passageiros totalizaram 146.637 unidades, o que se traduziu numa variação negativa de 34,5% relativamente a período homólogo de 2019. Em comparação com o ano de 2020, o mercado registou um pequeno acréscimo de 0,8%. e o mercado de ligeiros de mercadorias atingiu 28.790 unidades, o que representou um decréscimo de 25,1% face ao ano de 2019 e um aumento de 4,4% em comparação com o ano de 2020.

A MDS Auto atingiu um volume de negócios em 2021 de 4.379.773,66 euros, evidenciando um significativo crescimento de 1,3% face a 2020.

Assim, em 2021 a Margem EBITDA registou um valor de 21,5%, demonstrando uma estrutura consolidada ao nível das operações da MDS Auto e a sua capacidade de geração de cash-flows.

O Resultado Líquido de 2021 situou-se nos 721.725,43 euros, um decréscimo de 24,2% face a 2020.

Os principais indicadores da atividade da MDS Auto em 2021 são expostos na Tabela 1, imediatamente abaixo:

Valores em euros	2021		2020		Δ 21/20
<b>Volume de Negócios</b>	4 379 773	100,0%	4 322 190	100,0%	<b>1,3%</b>
<b>Custos operacionais</b>	-3 438 600	78,5%	-3 130 710	72,4%	<b>9,8%</b>
FSE's	-2 611 916	59,6%	-2 691 839	62,3%	<b>-3,0%</b>
Custos com Pessoal	-474 272	10,8%	-427 857	9,9%	<b>10,8%</b>
Outros (proveitos) /custos operacionais	-352 413	8,0%	-11 013	0,3%	<b>3099,8%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>941 173</b>	<b>21,5%</b>	<b>1 191 480</b>	<b>27,6%</b>	<b>-21,0%</b>
<b>Depreciações e Amortizações</b>	-7 932	0,2%	-7 932	0,2%	<b>0,0%</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	12	0,0%	502	0,0%	<b>-97,6%</b>
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	-211 528	4,8%	-231 462	5,4%	<b>-8,6%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>721 725</b>	<b>16,5%</b>	<b>952 589</b>	<b>22,0%</b>	<b>-24,2%</b>

**Tabela 1** - Principais Indicadores MDS Auto (2021 vs. 2020)



## 5. Política de gestão de risco

A política da MDS Auto, em matéria de gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura insere-se na política integrada de gestão de risco do Grupo MDS definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta e cuja explanação se encontra descrita nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A.

## 6. Proposta de Aplicação dos Resultados

No exercício de 2021, a MDS Auto obteve um resultado líquido de 721.725,43 euros (setecentos e vinte e um mil setecentos e vinte e cinco euros e quarenta e três cêntimos), o qual propõe que seja transferido na sua totalidade para Resultados Transitados.

## 7. Perspetivas 2022

Após um ano marcado resiliência e crescimento, denotando a estratégia de consolidação de posição no mercado segurador para o segmento automóvel por parte da MDS Auto, a Empresa continuará em 2022 focada em manter e melhorar o desempenho alcançado. Para tal, continuará a centrar a sua atenção no Cliente, melhorando o seu nível de serviço, não só através de uma maior eficiência na capacidade de resposta, tornando-a mais célere, como através de uma oferta adaptada às necessidades de cada cliente e à evolução do próprio mercado.

Por sua vez, o panorama para 2022 parece ser auspicioso, já que Portugal se encontra com um aumento de 12% no número de viaturas novas matriculadas, entre janeiro e março, estando em contraciclo na tendência negativa da União Europeia (UE) onde o registo de automóveis ligeiros novos continua a cair no primeiro trimestre deste ano com uma redução de 12,3%, face ao período homólogo, tendo sido contabilizadas um total de 2.245.976 novas viaturas. A MDS Auto continuará a acompanhar as novas tendências do setor, estando alerta para novas necessidades de adaptação e inovação.

Face ao dinamismo observado, incitado pelo desenvolvimento tecnológico, pela transformação digital a até pela "inteligência artificial", verifica-se ao nível da oferta a introdução de características únicas e inovadoras, quer no que respeita a processos gestão de sinistros, quer a canais de distribuição seguros e novas coberturas adaptadas a estas novas realidades, as

✓



quais são relevantes e refletidas a fim de serem incorporadas na estratégia de longo prazo da MDS Auto.

## 8. Considerações Finais

Uma palavra de apreço e consideração para todos aqueles que têm contribuído para o progresso da MDS Auto, em especial, aos clientes, que nos convidam a inovar e a criar um serviço cada vez mais adequado ao mercado permitindo assim o crescimento e o reconhecimento desejado, aos colaboradores pelo seu empenho pessoal e profissional, aos acionistas pela confiança e contributo para este projeto e à Assembleia Geral e ao Fiscal único pela disponibilidade sempre demonstrada e a todos aqueles que das mais diversas formas se relacionaram e contribuíram para o progresso da MDS Auto.

Porto, 31 de março de 2022

### **INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO FISCAL ÚNICO (Art. 447º CSC)**

**José Diogo Carneiro de Araujo e Silva (Presidente)** – Não tem ações nem obrigações.

**Miguel Pedro Caetano Ramos (Vogal)** – Não tem ações nem obrigações.

**Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos (Vogal)** – Não tem ações nem obrigações.

**FISCAL ÚNICO: PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, Lda. representada pelo Dr. Nuno Miguel da Costa Guimarães  
Cordeiro Tavares ou pelo Dr. Joaquim Miguel de Azevedo Barroso** – Não tem ações nem  
obrigações.





**INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS DA  
MDS – Auto Mediação de Seguros, S.A.  
(Art. 448º CSC)**

Acionistas	Ações				
	Detidas	Adquiridas	Vendidas	Extintas	Detidas
	31/12/2020	Em 2021	Em 2021	Em 2021	31/12/2021
MDS SGPS, SA	250.050	0	0	211.787	38.263
Salvador Caetano Auto SGPS, SA	249.950	0	0	211.703	38.247



**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,**

  
\_\_\_\_\_  
(José Diogo Carneiro de Araujo e Silva)

  
\_\_\_\_\_  
(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

  
\_\_\_\_\_  
(Carlos Sergio Pinto de Sousa Barros)

[mdsauto@mdsinsure.com](mailto:mdsauto@mdsinsure.com)

Tel (+351) 22 608 24 10

Av. da Boavista 1277/81, Piso 0 • 4100-130 Porto • Portugal

Portugal | Brasil | Angola | Moçambique | Espanha | Reino Unido | Suíça | Malta

## **MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A.**

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 – 1º – 4100-130 Porto

Capital Social 76.510 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia sob o número único de matrícula e identificação 500 336 792

Relatório e Contas

31 de Dezembro de 2021



## DECLARAÇÃO

Nos termos do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face aos elementos fornecidos pelos elementos que compõem os Órgãos de Administração e Fiscalização da Empresa, que nenhum deles, possui ações ou obrigações emitidas pela sociedade.

Declara-se, face às comunicações dos acionistas abaixo relacionados, que:

- a Mds SGPS, S.A. possui 38.263 ações, representativas de 50,01% do capital social;
- a Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. possui 38.247 ações, representativas de 49,99% do capital social.

O Conselho de Administração,



(José Diogo Carneiro de Araujo e Silva)



(Ricardo Pinto dos Santos)



(Carlos Sergio Pinto de Sousa Barros)

# MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	6	-	-
Propriedades Investimentos	7	314 617,18	322 548,71
Total de ativos não correntes		314 617,18	322 548,71
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	8	17 467,62	64 462,92
Estado e outros entes públicos	14	607,62	551,52
Outros Créditos a Receber	9	202 113,21	487 544,00
Diferimentos	10	7 596,17	10 129,99
Caixa e Depósitos Bancários	5	1 473 400,64	1 795 908,08
Total de ativos correntes		1 701 185,26	2 358 596,51
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2 015 802,44</b>	<b>2 681 145,22</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital Subscrito		76 510,00	500 000,00
Reservas Legais		128 483,89	128 483,89
Outras Reservas		10 144,76	7 556,26
Excedentes de revalorização		84 617,36	84 617,36
Outras variações no capital próprio		(38 076,00)	(38 076,00)
Resultado Líquido do Período		721 725,43	952 588,50
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	11	<b>983 405,44</b>	<b>1 635 170,01</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Passivos por Impostos Diferidos	12	4 928,86	4 968,67
Total de passivos não correntes		4 928,86	4 968,67
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	13	21 336,10	169 623,01
Estado e Outros Entes Públicos	14	15 181,19	32 048,82
Outras Dívidas a Pagar	15	990 950,85	839 334,71
Total de passivos correntes		1 027 468,14	1 041 006,54
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1 032 397,00</b>	<b>1 045 975,21</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>2 015 802,44</b>	<b>2 681 145,22</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



## MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
Vendas e Serviços Prestados	17 e 24	4 379 772,66	4 322 189,88
Fornecimentos e serviços externos	18 e 24	(2 611 915,84)	(2 691 839,34)
Gastos com o pessoal	19	(474 271,58)	(427 857,20)
Outros Rendimentos	20	24 733,54	61 034,30
Outros Gastos	21	(377 146,09)	(72 047,79)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		941 172,69	1 191 479,85
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(7 931,53)	(7 931,53)
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)		933 241,16	1 183 548,32
Juros e rendimentos similares obtidos	22	62,07	502,33
Juros e gastos similares suportados	22	(49,85)	-
Resultado antes de impostos		933 253,38	1 184 050,65
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	23	(211 527,95)	(231 462,15)
Resultado líquido do exercício		721 725,43	952 588,50
Resultados por acção básico		9,43	1,91

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



EM

# MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	<b>1</b>	500 000,00	128 483,89	434 179,06	(38 076,00)	84 617,36	823 377,20	1 932 581,51
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	<b>2</b>	-	-	(426 622,80)	-	-	(823 377,20)	(1 250 000,00)
Resultado líquido do exercício	<b>3</b>	-	-	(426 622,80)	-	-	(823 377,20)	(1 250 000,00)
Resultado integral	<b>4=2+3</b>						952 588,50	952 588,50
Operações com detentores de capital no período	<b>5</b>	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	<b>6=1+2+3+5</b>	500 000,00	128 483,89	7 556,26	(38 076,00)	84 617,36	952 588,50	1 635 170,01
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	<b>1</b>	500 000,00	128 483,89	7 556,26	(38 076,00)	84 617,36	952 588,50	1 635 170,01
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	<b>2</b>	-	-	2 588,50	-	-	(952 588,50)	(950 000,00)
Resultado líquido do exercício	<b>3</b>	-	-	2 588,50	-	-	(952 588,50)	(950 000,00)
Resultado integral	<b>4=2+3</b>						721 725,43	721 725,43
Redução de capital	<b>5</b>	(423 490,00)	-	-	-	-	-	(423 490,00)
Operações com detentores de capital no período	<b>6=1+2+3+5</b>	76 510,00	128 483,89	10 144,76	(38 076,00)	84 617,36	721 725,43	983 405,44

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



## MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		4 464 254,10	4 482 273,22
Pagamentos a fornecedores		(2 753 644,30)	(2 613 257,06)
Pagamentos ao pessoal		(450 692,51)	(451 039,49)
Caixa gerada pelas operações		1 259 917,29	1 417 976,67
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(224 317,06)	(265 663,98)
Outros recebimentos / pagamentos		13 091,68	13 493,32
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>1 048 691,91</b>	<b>1 165 806,01</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2 250,00	500 000,00
Juros e rendimentos similares		91,90	560,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>2 341,90</b>	<b>500 560,00</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(51,25)	-
Redução de capital	11	(423 490,00)	-
Dividendos		(950 000,00)	(1 250 000,00)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(1 373 541,25)</b>	<b>(1 250 000,00)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)</b>		<b>(322 507,44)</b>	<b>416 366,01</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 795 908,08	1 379 542,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 473 400,64	1 795 908,08

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração






# MDS Auto – Mediação de Seguros, SA

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

*(Montantes expressos em euros)*

### **1 NOTA INTRODUTÓRIA**

---

A MDS Auto – Mediação de Seguros, SA (“Empresa”) é uma sociedade anónima, foi constituída em 1975, tem a sua sede na avenida da Boavista nº 1277/88, tendo por atividade principal mediação de seguros, designadamente na área automóvel.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido – Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

### **2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO**

---

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, foi alterado em 29 de Julho de 2015 com a publicação do Aviso nº 8256/2015 e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 2021.

### **3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DA NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA**

---

Não aplicável.

### **4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

---

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### **4.1 Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

✓  
AS

## 4.2 Principais políticas contabilísticas

### 4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

### 4.2.2 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Esta classificação é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

### 4.2.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas

do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

#### 4.2.4 Propriedades de Investimento

As Propriedades de investimento são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização das Propriedades de Investimento são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Durante o exercício de 2020 foi realizada uma avaliação externa ao Edifício do Campo Grande e o imóvel do Edifício do Campo Alegre foi alienado.

#### 4.2.5 Instrumentos financeiros

##### 4.2.5.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'Y' and 'AS'.

Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

#### **4.2.5.2 Classificação de capital próprio ou passivo**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da empresa após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custo de custos suportados com a sua emissão.

#### **4.2.5.3 Fornecedores e dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### **4.2.5.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, no balanço.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

#### **4.2.5.5 Ativos / passivos financeiros relacionados com contratos de seguros e atividade de corretagem**

Os corretores de seguros atuam como agentes na colocação de riscos seguráveis dos seus clientes junto das seguradoras pelo que não são responsáveis enquanto parte principal nas transações efetuadas. Consequentemente, e para além do registo de comissões ou fees com as transações, nenhum registo contabilístico é efetuado até ao efetivo recebimento dos prémios de seguro ou indemnizações, altura em que são registados os correspondentes passivos em favor do cliente ou da empresa seguradora. Em determinadas circunstâncias, a Empresa adianta as indemnizações aos clientes por conta das seguradoras, situação em que tais montantes ficam reconhecidos como Clientes e Outras dívidas de terceiros.

#### **4.2.5.6 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### 4.2.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### 4.2.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

#### 4.2.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

A Empresa procede ao registo de comissões geradas com a atividade de mediação de seguros no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio.

Relativamente aos prémios recebidos pela Empresa, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento pela Empresa do prémio, momento em que a Empresa assume a obrigação da entrega do montante do prémio líquido da comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, a Empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

Nas situações em que a Empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros.



Na rubrica do ativo e passivo diferimentos estão incluídos os gastos e os rendimentos que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

#### 4.3 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis das propriedades de investimento;
- b) Registo de imparidades ao valor do ativo;

A pandemia COVID-19 trouxe uma imprevisibilidade acrescida sobre as premissas a considerar no exercício de avaliação de ativos:

-Recuperabilidade de saldos de clientes e de outros créditos a receber: a empresa avaliou a atual exposição ao risco de crédito e o eventual impacto das previsões económicas futuras, tendo concluído que o impacto desta componente é reduzido.

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

#### 4.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

A pandemia COVID 19 trouxe uma imprevisibilidade acrescida sobre as premissas a considerar no exercício de avaliação de ativos:

-Recuperabilidade de saldos de clientes e de outros créditos a receber: a empresa avaliou a atual exposição ao risco de crédito e o eventual impacto das previsões económicas futuras, tendo concluído que o impacto desta componente é reduzido.

### 5 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. O caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 detalha-se conforme se segue:

	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
Numerário	157,04	157,04
Depósitos bancários	1 473 243,60	1 795 751,04
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	1 473 400,64	1 795 908,08
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	1 473 400,64	1 795 908,08

## 6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

<b>Ativo bruto</b>	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2020	49 296,34	125 882,65	2 661,59	177 840,58
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2021	49 296,34	125 882,65	2 661,59	177 840,58
Diminuições	(30 069,86)	-	-	(30 069,86)
Correção Diminuições 2018	(19 226,48)	-	-	(19 226,48)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2021	0,00	125 882,65	2 661,59	128 544,24
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2020	49 296,34	125 882,65	2 661,59	177 840,58
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2021	49 296,34	125 882,65	2 661,59	177 840,58
Diminuições	(30 069,86)	-	-	(30 069,86)
Correção Diminuições 2018	(19 226,48)	-	-	(19 226,48)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2021	0,00	125 882,65	2 661,59	128 544,24
<b>Valor líquido</b>				
A 31 de Dezembro de 2020	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2021	-	-	-	-

## 7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Propriedades de Investimento" corresponde aos ativos imobiliários arrendados (Campo Grande).

v.

*[Handwritten signature]*

<b>Propriedades de Investimento</b>	Terrenos	Edifícios e outras construções	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2020	291 308,65	1 112 002,05	1 403 310,70
Diminuições	(159 116,53)	(715 425,68)	(874 542,21)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2021	132 192,12	396 576,37	528 768,49
Saldo final a 31 de Dezembro de 2021	132 192,12	396 576,37	528 768,49
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2020	-	590 058,64	590 058,64
Aumentos	-	7 931,53	7 931,53
Diminuições	-	(391 770,39)	(391 770,39)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2021	-	206 219,78	206 219,78
Aumentos	-	7 931,53	7 931,53
Saldo final a 31 de Dezembro de 2021	-	214 151,31	214 151,31
<b>Valor líquido</b>			
A 31 de Dezembro de 2020	132 192,12	190 356,59	322 548,71
A 31 de Dezembro de 2021	132 192,12	182 425,06	314 617,18

Adicionalmente divulga-se o valor contabilístico e o justo valor de cada uma destas propriedades de investimento:

<b>Imóvel</b>	Local	2021			2020		
		Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação	Tipo Avaliação	Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação	Tipo Avaliação
Campo Grande	Lisboa	314 617,18	-	-	322 548,71	371 200,00	Externa
		314 617,18			322 548,71		

O justo valor das propriedades de investimento que é objeto de divulgação em 31 de Dezembro de 2020 foi determinado por avaliação imobiliária em 16 de dezembro de 2020 por uma entidade especializada independente - "Urbanflow - Engenharia e Consultadoria, Lda" pelos modelos do Método Comparativo de Mercado e o Método do Rendimento, para o imóvel do Campo Grande.

Em resultado desta avaliação efetuada e dos critérios de avaliação utilizados concluiu-se que o valor de mercado do imóvel Edifício do Campo Grande nesta data é de 371.200,00 Euros (nota 4.2.4).

O detalhe dos custos históricos de aquisição de Propriedades de Investimento reavaliado à data de 31 Dezembro 2021 são como segue:

	Custo histórico	Reavaliação	Valor reavaliado
Terrenos	124 709,55	7 482,57	132 192,12
Edifícios e outras construções	374 128,65	22 447,72	396 576,37
	498 838,20	29 930,29	528 768,49

## 8 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, é o seguinte:



	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Cientes correntes	17 467,62	64 462,92
Cientes de cobrança duvidosa	768,98	768,98
	<u>18 236,60</u>	<u>65 231,90</u>
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	(768,98)	(768,98)
	<u>17 467,62</u>	<u>64 462,92</u>

O saldo de clientes respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa. Os montantes apresentados encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela MDS Auto, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A MDS Auto entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Não vencido	10 511,57	37 599,77
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	-	26 079,81
30 - 90 dias	6 172,71	-
+ 90 dias	783,34	783,34
Total	<u>6 956,05</u>	<u>26 863,15</u>
Vencido com registo de imparidade		
+ 360 dias	768,98	768,98
	<u>768,98</u>	<u>768,98</u>
Total	<u>18 236,60</u>	<u>65 231,90</u>

O movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas durante os exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte :

<u>Rubricas</u>	<u>01.Janeiro.2021</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>31.Dezembro.2021</u>
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes	768,98	-	-	768,98
Provisões correntes	-	-	-	-
	<u>768,98</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>768,98</u>
<u>Rubricas</u>	<u>01.Janeiro.2020</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes	768,98	-	-	768,98
Provisões correntes	-	-	-	-
	<u>768,98</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>768,98</u>

V

*[Handwritten signature]*

AS

**9 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER**

O detalhe de outras contas a receber em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel s/ comissões a receber de seguradoras	54 143,42	46 857,84
Comissões a receber	81 899,33	86 786,74
Outros	-	29,83
Outros devedores		
Partes relacionadas	-	304 689,10
Seguradoras	64 604,42	46 837,65
Outros	1 466,04	2 342,84
	<u>202 113,21</u>	<u>487 544,00</u>

A 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a antiguidade dos saldos de Outros devedores pode ser analisada como segue:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Não vencido	14 759,39	344 627,89
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	6 653,60	6 300,71
31 - 90 dias	44 626,54	426,02
91 - 360 dias		2 086,82
+ 360 dias	30,93	428,15
	<u>66 070,46</u>	<u>353 869,59</u>
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 28)	<u>66 070,46</u>	<u>353 869,59</u>

**10 DIFERIMENTOS**

O detalhe da rubrica Diferimentos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
<b>Valores devedores</b>		
Seguros	5 986,28	6 525,01
Fornecimentos e serviços externos	1 609,89	3 604,98
	<u>7 596,17</u>	<u>10 129,99</u>

**11 CAPITAL PRÓPRIO**

Durante o exercício de 2021, houve a redução do capital social da empresa de 500.000,00 Euros para 76.510,00 Euros através da extinção das participações dos acionistas (MSD SGPS, SA – extinção de 211.787 ações e Salvador Caetano, SGPS, SA – extinção 211.703 ações).

Assim sendo, em 31 de Dezembro de 2021, o capital social integralmente subscrito e realizado está representado por 76.510 ações ordinárias ao portador com o valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o capital subscrito da sociedade era detido pelas seguintes entidades:

<b>Entidade</b>	2021	2020
MDS SGPS, S.A.	50,01%	50,01%
Salvador Caetano SGPS, S.A.	49,99%	49,99%

### Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas em capital.

### Reservas de reavaliação

A empresa procedeu à reavaliação dos seus ativos tangíveis ao abrigo de legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto Lei nº 49/91 de 25 de Janeiro
- Decreto Lei nº 31/98 de 11 de Fevereiro

De acordo com a legislação vigente estas reservas não são distribuíveis aos acionistas.

As outras reservas correspondem a reservas livres criadas pela empresa, que podem ser distribuídas após a cobertura de prejuízos acumulados.

Os resultados transitados correspondem a resultados de exercícios anteriores.

### Outras variações no capital próprio

No exercício de 2018 foi efetuado um ajustamento nos capitais próprios no montante de 38.076,00€, em virtude da aplicação do reconhecimento do rédito de contratos com clientes.

## 12 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O montante registado nesta rubrica respeitava às reavaliações legais dos ativos tangíveis da Empresa.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foi como se segue:

	Passivos por impostos diferidos 31.Dezembro.2021	Passivos por impostos diferidos 31.Dezembro.2020
Saldo inicial	4 968,67	5 009,08
Efeito em resultados:		
Reavaliações de imobilizado tangível reintegrável	(39,81)	(40,41)
	(39,81)	(40,41)
Efeito em reservas:		
	-	-
Saldo final	4 928,86	4 968,67

**13 FORNECEDORES**

O saldo de fornecedores em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 pode ser detalhado como segue:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Fornecedores gerais	<u>21 336,10</u>	<u>169 623,01</u>
	<u>21 336,10</u>	<u>169 623,01</u>

A 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a antiguidade dos saldos de fornecedores pode ser analisada como segue:

Fornecedores conta corrente	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Até 90 dias	21 275,86	169 377,01
+ 90 dias	<u>60,24</u>	<u>246,00</u>
Total	<u>21 336,10</u>	<u>169 623,01</u>

Os montantes acima referidos respeitam exclusivamente a valores a pagar a fornecedores correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico aproximadamente o seu justo valor.

**14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
<b>Valores devedores</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	<u>607,62</u>	<u>551,52</u>
	<u>607,62</u>	<u>551,52</u>
<b>Valores credores</b>		
Imposto sobre o rendimento	7 322,26	20 071,56
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Retenções na fonte	330,53	4 467,93
Contribuições para a Segurança Social	<u>7 528,40</u>	<u>7 509,33</u>
	<u>15 181,19</u>	<u>32 048,82</u>

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2021 e 2020.

**15 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Outros credores		
Clientes	328,27	-
Outros	549 524,59	417 711,39
Credores por acréscimos de gastos		
Fornecimentos e serviços externos	324 221,47	330 475,78
Despesas com pessoal	70 253,52	44 524,54
Outros	46 623,00	46 623,00
	<u>990 950,85</u>	<u>839 334,71</u>

Nas outras Dívidas a Terceiros, a rúbrica outros inclui o valor de 540.856,93 euros em 2021 e 417.673,11 euros em 2020 respeitante ao valor que a empresa tem de liquidar às seguradoras.

## 16 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Vencíveis em:		
renovável automaticamente	43 077,11	55 659,10
	<u>43 077,11</u>	<u>55 659,10</u>

Em 31 de Dezembro de 2021 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 40.198,01 euros (41.590,31 euros em 31 de Dezembro de 2020) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a viaturas e aluguer.

Em 31 de Dezembro de 2021 a empresa tinha celebrado, como locadora, contrato de locação operacional, cujos recebimentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Vencíveis em:		
renovável automaticamente	18 000,00	18 000,00
	<u>18 000,00</u>	<u>18 000,00</u>

Em 31 de Dezembro de 2021 foi reconhecido como ganho do exercício o montante de 18.000,00 euros relativo a rendas recebidas.

## 17 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor líquido das prestações de serviços nos exercícios de 2021 e 2020 de acordo com a sua natureza pode ser apresentado como segue:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Por mercado		
Mercado interno	4 378 172,66	4 320 749,88
Mercado externo	1 600,00	1 440,00
	<u>4 379 772,66</u>	<u>4 322 189,88</u>

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Comissões	3 313 818,04	3 029 132,86
Outros	1 065 954,62	1 293 057,02
	<u>4 379 772,66</u>	<u>4 322 189,88</u>

A reconciliação dos valores considerados nas divulgações relativamente à Nota 25 (Norma regulamentar nº 13/2020-R da da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) e os valores de comissões nacionais é como se segue:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Comissões consideradas Norma regulamentar 13/2020-R ASF (Not	3 306 386,76	3 094 893,55
Valor de rappel dotado e não recebido	55 206,28	47 775,00
Dotação de comissões e reversão de dotação do exercício anterior	-47 775,00	-43 250,00
Outros	1 065 954,62	1 222 771,33
Total de comissões nacionais	<u>4 379 772,66</u>	<u>4 322 189,88</u>

## 18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Trabalhos especializados	2 386 290,99	2 449 819,14
Publicidade e propaganda	48 905,43	47 495,61
Comissões	89 997,19	98 696,82
Serviços bancários	4 978,62	2 256,59
Conservação e reparação	1 247,99	1 204,16
Livros e documentação técnica	140,56	-
Material de escritório	-	5 946,44
Eletricidade	2 187,84	2 776,28
Combustíveis	1 532,53	1 748,43
Água	1 425,76	2 108,56
Deslocações e estadas	109,50	322,46
Rendas e alugueres	44 432,22	46 816,92
Comunicação	17 614,86	19 994,35
Seguros	1 949,74	4 159,32
Contencioso e notariado	311,25	145,00
Despesas de representação	4 305,00	1 826,55
Limpeza higiene e conforto	4 554,68	3 707,53
Outros	1 931,68	2 815,18
	<u>2 611 915,84</u>	<u>2 691 839,34</u>

Os trabalhos especializados estão relacionados com serviços de apoio informático e assessoria à área de negócio da empresa.



**19 GASTOS COM O PESSOAL**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Remunerações	351 388,43	299 094,99
Encargos sobre remunerações	78 049,63	66 626,16
Seguros	23 004,31	23 090,68
Gastos com acção social	754,09	17 085,51
Outros gastos com pessoal	21 075,12	21 959,86
	<u>474 271,58</u>	<u>427 857,20</u>

O número médio de funcionários, em 2021 foi de 13 colaboradores (13 colaboradores em 2020).

A rubrica outros é composta no ano de 2021 e 2020, na faturação dos complementos de pensão pagos a dois ex-colaboradores no valor de 21.075,12 euros.

**20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o detalhe de outros rendimentos e ganhos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Rendimentos suplementares	21 184,26	21 588,13
Ganhos na alienação de propriedades de investim	-	17 228,18
Ganhos na alienação de ativos fixos tangíveis	2 250,00	-
Outros	1 299,28	22 217,99
	<u>24 733,54</u>	<u>61 034,30</u>

A rubrica de rendimentos suplementares no ano de 2021 e 2020 respeita essencialmente a rendas dos imóveis.

**21 OUTROS GASTOS**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de outros gastos e perdas era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2021</u>	<u>31.Dezembro.2020</u>
Impostos	70 749,91	68 442,54
Quotizações	720,00	720,00
Outros	305 676,18	2 885,25
	<u>377 146,09</u>	<u>72 047,79</u>

- 4 Em 2021, verificou-se um aumento acentuado em outros gastos em virtude de uma regularização de faturas anteriormente emitidas.

**22 GANHOS E PERDAS FINANCEIRAS**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos ganhos e perdas financeiras era o seguinte:

	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
Juros suportados	49,85	-
	<u>49,85</u>	<u>-</u>
	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
Juros obtidos	62,07	502,33
	<u>62,07</u>	<u>502,33</u>

### 23 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 podem ser detalhados como segue:

	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
Imposto corrente	211 571,26	231 502,56
Imposto diferido (Nota 12)	(39,81)	(40,41)
(Excesso) / insuficiência estimativa imposto	(3,50)	-
	<u>211 527,95</u>	<u>231 462,15</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
Resultado antes de impostos	933 253,38	1 184 050,65
Benefícios fiscais	(460,00)	(1 080,00)
Outros		
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(1 125,00)	(163 351,09)
Constatação de diferenças entre amortizações económicas e fiscais decorrentes de reavaliações	179,58	179,58
Outros	1 147,08	2 874,20
	<u>932 995,04</u>	<u>1 022 673,34</u>
Taxa de imposto sobre o rendimento	21,00%	21,00%
	<u>195 928,96</u>	<u>214 761,40</u>
Efeito constatação ou reversão de impostos diferidos	-	-
Coleta	195 928,96	214 761,40
Derrama	13 994,93	15 340,10
Tributação autónoma	1 647,37	1 401,06
	<u>211 571,26</u>	<u>231 502,56</u>
Excesso / insuficiência de estimativa de imposto do ano anterior	(3,50)	-
Impostos diferidos	(39,81)	(40,41)
Imposto sobre o rendimento	<u>211 527,95</u>	<u>231 462,15</u>

### 24 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:



**Transacções**

	Vendas e prestações de serviços	
	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
Outras partes relacionadas	496,01	1 374,87
	<u>496,01</u>	<u>1 374,87</u>

	Outros rendimentos		Compras e serviços recebidos	
	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
Outras partes relacionadas	20 480,00	20 494,62	2 301 530,33	779 070,48
	<u>20 480,00</u>	<u>20 494,62</u>	<u>2 301 530,33</u>	<u>779 070,48</u>

	Dividendos pagos	
	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
Accionistas	950 000,00	1 250 000,00
	<u>950 000,00</u>	<u>1 250 000,00</u>

**Saldos**

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
Accionistas	-	304 529,10	-	-
Outras partes relacionadas	1 609,89	3 769,67	199 934,60	341 923,80
	<u>1 609,89</u>	<u>308 298,77</u>	<u>199 934,60</u>	<u>341 923,80</u>

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, à Efanor Investimentos, SGPS, SA e ao Grupo Salvador Caetano, SGPS, SA.

Os membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 não tiveram qualquer remuneração, nem foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

**25 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS**

**PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS**  
**(para efeitos do artigo 51º da Norma Regulamentar nº 13/2020-R, de 30 de Dezembro)**

**1 - Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros**


## a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

Os rendimentos são registados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento. Os rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, a Empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada do pagamento do prémio por parte do Tomador à Companhia de Seguros.

São considerados valores de proveitos diferidos relativamente à estimativa de comissões que possam a vir a ser devolvidos em consequência do eventual cancelamento da respetiva apólice ou estorno de prémios.

## b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

v.  
  
 AS

Por natureza	Remunerações (€)	
	2021	2020
Numerário	3 306 386,76	3 094 893,55
Espécie		
<b>TOTAL</b>	<b>3 306 386,76</b>	<b>3 094 893,55</b>

Por tipo	Remunerações (€)	
	2021	2020
Comissões	3 306 386,76	3 094 893,55
Honorários		
Outras Remunerações		
<b>TOTAL</b>	<b>3 306 386,76</b>	<b>3 094 893,55</b>

- c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações				Fundos de Pensões	
		Ramo Vida		Ramo Não Vida		2021	2020
		2021	2020	2021	2020		
1191	Aegon Santander Portugal Vida	142,32	110,34				
1129	Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	74,47	91,34	2 496,27	4 818,26		
1200	ATG Europe S.A. - Sucursal em Portugal			44 353,71	45 530,95		
4925	Axeria Prevoyance (Abril)	71,92					
1028	Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.			9 357,24	9 417,93		
1011	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	548,98	559,46	195 990,23	211 739,06		
1197	Generali Seguros, S.A.	2 044,20	1 716,15	2 587 534,84	2 422 951,73		
1202	Hiscox Insurance Company Limited				33,65		
4977	Hiscox S.A. (sucursal em Portugal)			40 320,97			
	Liberty Seguros, Companhia de Seguros Y						
1205	Reaseguros, S.A.	407,25	243,28	56 096,85	53 724,29		
1026	Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.			2 010,62	2 262,10		
1186	Mapfre Seguros de Vida, S.A.	63 444,83	78 525,41				
1145	Mapfre Seguros Gerais, S.A.			263 089,99	198 627,92		
	Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de						
1131	Saúde, S.A.				26,02		
1188	MetLife Europe d.a.c.	2 950,66	3 000,33	12,72	12,72		
	Mutuelle Générale de l'Education Nationale						
4608	(MGEN)			2 700,00	2 586,38		
1029	Real Vida Seguros, S.A.	463,61	114,39	7,73	6,98		
	Tokio Marine Europe SA (sucursal em						
4934	Espanha)			27 152,15	9 527,15		
1098	Una Seguros de Vida, S.A.	526,30	610,44				
1097	Una Seguros, S.A.			1 430,09	324,41		
1142	Via Directa - Companhia de seguros, S.A.			31,08			
1096	Victoria - Seguros de Vida, S.A.	47,55	43,15				
1160	Victoria - Seguros, S.A.			2 223,32	3 374,94		
	W.R. Berkley Europe AG (sucursal em						
4909	Espanha)				206,79		
1132	Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.						
1184	Zurich Insurance PLC - Sucursal em Portugal			856,86	1 009,33		
9999	Outros sem código de mediação		88,76		43 609,89		
	<b>TOTAL</b>	<b>70 722,09</b>	<b>85 103,05</b>	<b>3 235 664,67</b>	<b>3 009 790,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

- d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações %	
		2021	2020
1197	Generali Seguros	78,32%	78,34%

- e) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes" €	
	2021	2020
Início exercício	743 103,39	518 051,95
Final do exercício (Nota 4)	609 271,76	743 103,39
Volume movimento do exercício		
A débito	11 500 498,26	12 883 776,18
A crédito	11 634 329,89	12 658 724,74

## f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2021	2020	2021	2020
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários	1 898,66	4 114,88	2 418,58	2 670,26
Empresas de seguros	64 604,42	46 837,65	540 856,93	417 673,11
Outros mediadores		64,51	3 750,00	
TOTAL	66 503,08	51 017,04	547 025,51	420 343,37

## g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Contas a receber		Contas a pagar	
	2021	2020	2021	2020
i) Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	64 604,42	46 837,65	540 856,93	417 673,11
ii) Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-0,00	-0,00	0,00	0,00
iii) Fundos que lhe foram confinados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	-0,00	-0,00	0,00	0,00
iv) Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	-0,00	-0,00	0,00	0,00
v) Outras quantias	-0,00	64,51	3 750,00	0,00
TOTAL	64 604,42	46 902,16	544 606,93	417 673,11

## h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade, bem como os factores que o mediador de seguros ou de resseguros considerou na determinação dessa imparidade;

Por entidade (origem)	Contas a receber					
	0 a 30 Dias	31 a 90 Dias	91 a 180 Dias	181 a 360 Dias	+ de 360 Dias	Total
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários	0,00	3,16	1,00	-315,07	2 209,57	1 898,66
Empresas de seguros	20 466,95	44 106,54	-0,00	-0,00	30,93	64 604,42
Outros mediadores	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	0,00
TOTAL	20 466,95	44 109,70	1,00	-315,07	2 240,50	66 503,08

- i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito  
Não aplicável
- j) Transmissão de carteiras de seguros  
Não aplicável
- k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela  
Não aplicável
- l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes  
Não aplicável

V.  
  


## 26 EVENTOS SUBSEQUENTES

---

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2021 e até esta data que necessitem ser divulgados.

## 27 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração 31 de março de 2022, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

O Contabilista Certificado,

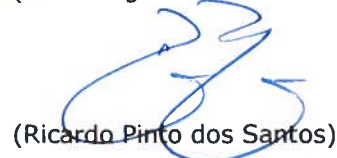


(Ana Isabel Seixas Pires)

O Conselho de Administração,



(José Diogo Carneiro de Araújo e Silva)



(Ricardo Pinto dos Santos)



(Carlos Sérgio Pinto de Sousa Barros)

## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 2.015.802 euros e um total de capital próprio de 983.405 euros, incluindo um resultado líquido de 721.725 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### ***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ***Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

*M*

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
  - b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
  - c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
  - d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
  - e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
  - f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

31 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Nuno Miguel Costa Guimarães Cordeiro Tavares, ROC nº 1838  
Registado na CMVM com o nº 20200031



## **Relatório e Parecer do Fiscal Único**

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A. (a Entidade) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, do sistema de gestão de risco e do sistema de auditoria interna, se existentes, na medida em que sejam relevantes para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão de acordo com o normativo contabilístico aplicável;
- iii) o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis; e
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

94



Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Entidade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, é nosso parecer que as demonstrações financeiras, o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados estão de acordo com os estatutos da Entidade e com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis.

Expressamos ainda o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e aos colaboradores da Entidade pelo apoio prestado no exercício das nossas funções.

31 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Nuno Miguel Costa Guimarães Cordeiro Tavares, ROC nº 1838  
Registado na CMVM com o nº 20200031